

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.485 - BA (2019/0292157-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE** : L M C L P (PRESO)  
**ADVOGADO** : MÁRCIO MEDEIROS BASTOS - BA023675  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por L. M. C. L. P., apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia que denegou o *writ* de origem.

Consta dos autos que o recorrente foi proibido *de se posicionar e/ou se manter a uma distância inferior a 500 (QUINHENTOS) metros das vítimas, de suas residências e de seus familiares* (fl. 17), tendo em vista a concessão de medida protetiva de urgência.

Alega, em síntese, que a decisão que concedeu a medida protetiva foi desprovida de fundamentação e existem incoerências e mentiras nas declarações das vítimas e testemunhas.

Requer, liminarmente, que seja determinada a suspensão da medida protetiva a ele imposta e, no mérito, a revogação.

Entretanto, conforme informações de fls. 425/426, verifica-se a superveniente revogação das medidas protetivas e a extinção do processo, sem resolução do mérito.

Dessa forma, está superada a discussão proposta.

Ante o exposto, julgo prejudicado o recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

**MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
Relator